



Anais da Assembléia

N.º 26

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

Sob o n.º 306/79, do Senhor Lauro Belém Sabbá, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado Pará, comunicando aprovação da Proposição n.º 124/74, de autoria do Senhor Deputado Fernando Bahia, votos de aplausos e congratulações ao eminente Presidente Jimmy Carter, pelo êxito que obteve e pela luta que empreendeu, na conquista da assinatura do Tratado de Paz entre Israel e Egito. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 043/79, do Senhor Nereu Luiz Pasini, Prefeito Municipal da Prefeitura de Verê, no qual solicita a este Poder, a criação de Comarca na sede do Município de Verê, abrangendo os Municípios de Itapejara D'Oeste e São Jorge D'Oeste, sendo que com o agrupamento destes três Municípios, seriam satisfeitas as exigências do art. 224 do Código de Organização e Divisão Judiciário do Estado do Paraná, sem prejuízo para as comarcas de onde seriam desmembrados. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 0361, do Senhor José Barros de Alencar, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, encaminhando cópia do Requerimento n.º 131, de autoria do Vereador Herval Sampaio, dirigindo apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Dr. Eduardo Portela, no sentido de serem adotadas medidas que determinem estudos prioritários visando a padronização do livro didático nas escolas de 1.º e 2.º Graus

do País. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 571/79, do Senhor Lavinho de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, em sessão de 15 do mês próximo passado, objetivando, do Governo Federal, a composição de um grupo de trabalho destinado a estudar o problema das ferrovias brasileiras desativadas e propor soluções para o seu aproveitamento, conforme as razões expostas na referida propositura. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 648/79, do Senhor Lavinho de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, comunicando que foi aprovado por aquela Edilidade, em sessão realizada no dia 22 do mês próximo passado, objetivando providências do Governo Federal, no sentido de ser alterada a letra "a", do artigo 6.º, do Decreto n.º 69.450, de 01.11.1971, iniciativa que será de elevado sentido social, em benefício da classe estudantil brasileira. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 01, do Senhor Domingos Venâncio — 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, encaminhando cópia da Propositura n.º 105, aprovado por aquele Poder Legislativo, de autoria do Senhor Deputado Línio de Paiva, no sentido de alterar a Lei Complementar n.º 25, de 02 de julho de 1975, que dispõe sobre critério e limites para a fixação de remuneração de Vereadores, a fim de permitir que os Municípios remunerem condignamente os seus legisladores. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 055/79, do Senhor Professor Heráclito Machado Sandano, Secretário Executivo do C.R.P.P. — no qual encaminha cópia do ofício n.º 051/79, endereçado por aquela entidade classista ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, onde abordam assuntos de interesse do Magistério Público Estadual, solicita dos Senhores Parlamentares, o empenho junto ao Senhor Governador, no sentido de que os objetivos definidos naquele ofício sejam atingidos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 085/79, do Senhor Luiz Carlos Almeida Parisi, Presidente do Conselho Regional de Economia, dando conhecimento à esta Casa, de relevante iniciativa daquele Conselho Regional de Economia, a qual, por unanimidade, aprovou a indicação do Senhor Laércio Faustino Cardoso, para a Direção da Delegacia Regional do Banco Nacional de Crédito Cooperativo — Agência do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em nossa Capital, da Senhora Helena Salles Cléle, esposa do Senhor João André Cléle, de tradicional família da Cidade de Carlópolis.

Tal passamento vem consternar aquela Cidade, pois que apesar da extinta estar residindo de longa data nesta Capital, laços de grande amizade permaneceram em sua cidade de origem, pelas qualidades que a mesma possuía de excelente esposa e pessoa voltada a favorecer o próximo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa de ciência à família enlutada, na pessoa de seu marido, residente a Rua Alferes Poli, 1982, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o regisro de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ITORU NAKAMURA, ocorrido ontem, na cidade de Centenário do Sul.

O extinto, pessoa muito relacionada na cidade, deixa a prantear-lhe a morte sua dedicada família. Era seu irmão, o industrial e agricultor José Nakamura, também residente em Centenário do Sul.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação à excelentíssima família enlutada, e ao seu irmão, José Nakamura.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao jornal "A NOTÍCIA", de Ponta Grossa, por ter o mesmo completado um ano de existência.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne aprovação na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação pela passagem do 7º aniversário de fundação da TV ESPLANADA de Ponta Grossa, ocorrido na data de 08 do corrente mês.

Aquela emissora de televisão tem se constituído num eficiente veículo de difusão da nossa cultura, na região dos Campos Gerais. E agora, com a implantação de modernos equipamentos, sua área de influência se ampliou grandemente.

Requer, igualmente, que deste ato se dê conhecimento aos seus diretores, Srs. Constâncio Mendes e Pina Ribeiro.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de louvor ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, pelo lançamento da Campanha "SAÚDE DA CRIANÇA, FUTURO DO MUNDO", e pela criação do Conselho Comunitário de Saúde e Bem Estar Social.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) TUGUIO SETOGÜTTE

JUSTIFICATIVA:

Segundo a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, se 5% dos 400 bilhões de dólares gastos anualmente para armamentos fosse destinada à alimentação das crianças, a mortalidade poderia ser bem menor, pois a maioria morre por fome e subnutrição. E o mais lamentável, é que a própria UNICEF, não vê condição e modificação nos próximos 10 anos, por entender a política sócio-econômica dos países insuficientes, sem condição de controle da situação.

No Paraná, não é menos constrangedora a estatística.

Mais de 25% das crianças aqui nascidas, morrem antes de completar um ano. Quando sabemos ser possível, em grande parte, evitar-se esses males, pois o Paraná possui uma infraestrutura das mais capacitadas em todo o País, para o atendimento às crianças; daí acharmos ser hora de uma tomada de posição.

A campanha de vacinação que será iniciada, a nutrição com introdução da soja como hábito alimentar, o programa materno-infantil, esclarecimento de tratamento de diarreias e infecções pulmonares, grandes causadores da mortalidade infantil, em colaboração com a comunidade, já é um início de trabalho fundamental.

O propósito de se preparar para cada 10 mil habitantes um vacinador pela própria Secretaria e, no mínimo, 2 vacinadores por município, já é um excelente início, pois sabemos que seis das doenças que mais atingem as crianças são inevitáveis com a vacinação, quais sejam, o sarampo, tétano, poliomielite, coqueluche, difteria e tuberculose.

Portanto, pelo exposto, acreditamos plenamente justificada a nossa solicitação, que será mais um incentivo para que o Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social continue na sua luta, já com acerto iniciada para a proteção da saúde do povo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a dispensa de publicação de Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 20 e 21/79.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER o encaminhamento ao Sr. Secretário dos Transportes, de apelo, no sentido de que seja procedida ligação asfáltica entre Rio Bom - Bom Sucesso - Itambé, facilitando assim, a ligação com Maringá, que é o centro econômico da região.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, a constituição de uma Comissão Especial, composta por três Srs. Deputados, para acompanhar a crise do Hospital Universitário, da Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL, junto aos Docentes, Estudantes e Reitoria.

Reclama a comunidade norte paranaense, um posicionamento da Assembléia Legislativa, em defesa do nível de ensino que está ameaçado com as constantes demissões de abnegados e competentes docentes, preteridos para que a Reitoria ampare amigos e transforme a FUEL em cabide de emprego de profissionais bajuladores do Magnífico Reitor, e do grupo político que representa.

Objetivamos que a Comissão Especial, in loco, ouça as partes e intermedie um entendimento para que os docentes demitidos injustamente, sejam reconduzidos a seus postos e as reivindicações dos médicos, professores e estudantes, sejam analisadas e atendidas para que possa encerrar-se a greve reivindicatória do Hospital Universitário da FUEL.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) DEL CIEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, na forma regimen-

tal, REQUEREM seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída, com brevidade, uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a sede do Município de Barbosa Ferraz à sede do Município de Iretama, numa extensão de aproximadamente 45 quilômetros.

Esta providência trará inúmeros benefícios à região, pois tornará mais fácil e diminuirá a distância entre os referidos municípios e os Municípios de Apucarana e Londrina.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO e AUGUSTO CARNEIRO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – O inciso X do Art. 39, do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 39 –

X – Segurança Pública;”

Art. 2.º – O Art. 55, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 55 – À Comissão de Segurança Pública, compete opinar sobre assuntos referentes à Polícia Militar do Estado e à Polícia Civil, assim como sobre todos os assuntos que interessem à ordem e segurança públicas”.

Art. 3.º – A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Polícia, com essa denominação, é contemporânea do próprio Regimento Interno, de que é componente.

É remanescente de uma época em que os assuntos relativos à Polícia Civil, Polícia Militar, ordem, segurança, etc., eram repartidos desigualmente, entre a Chefia de Polícia e Secretaria de Estado.

Com a modernização da estrutura administrativa do Estado, esses assuntos todos e mais os que lhe forem correlatos, ficaram adstritos a uma subordinação única, a da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Cumpra à Assembléia Legislativa, como já se fez em casos assemelhados, afeiçoar o órgão técnico especializado da Casa o mais possível, ao que lhe corresponda na esfera do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. (Pausa) Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Vamos trabalhar, não com as mãos crispadas que proclamam o ódio, mas com as mãos completamente abertas em direção ao nosso próximo, em busca do servir, em busca do diálogo franco. Diálogo não é somente interlocução. É, sobretudo, a compreensão integral do relacionamento humano”. (. . .) “É nosso dever preparar os caminhos para chegarmos ao saber, mostrando que o conhecimento só é útil quando aplicado com sabedoria. Para o meu Governo, a educação será prioritária. Daí, nosso amor aos que exercem, em todos os níveis, atividades educativas”.

Este trecho do discurso do Sr. Governador, lido perante câmeras de televisão no dia 15 de março, ao que parece não está sendo levado a sério, principalmente em Londrina.

O episódio envolvendo cinco docentes do Hospital Uni-

versitário, continua gerando intranquilidade no seio da comunidade londrinense. A Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, volta a aplicar a política do desmando e da arbitrariedade.

O coronel Rubens Passerino Moura, implantou no H.U. uma nova “caçada às bruxas”. Teria, o Sr. Passerino, qualificações para o cargo de Diretor Administrativo? Pelo que se sabe, ultimamente ele vinha respondendo pela direção do Manicômio Judiciário.

A farsa veio à tona. Em Londrina, todos sabiam que o Sr. Passerino seria um “enviado especial”, com a finalidade de espalhar um clima de delação, de medo. E tudo às vistas do Dr. Aldo Hille, Diretor do C.C.S. - Centro de Ciências da Saúde, um servil, despreparado e subserviente.

Chega de intervenção! Outros campos da Universidade estão intranquilos, pois o comentário geral é de que professores da cadeira de Odontologia seriam os próximos. Todos os professores atingidos, são nomes reconhecidamente capacitados, com trabalhos publicados em livros, cursos no exterior, participação efetiva em congressos. Enquanto em Londrina o AI-5 continua vivo nas mãos do Reitor, quem perde é o nível acadêmico.

Gostaríamos de saber se o Coronel Passerino está autorizado a falar em nome do Governador. E mais: ele ameaça, intimida, destitui, usando o nome do S.N.I., Polícia Federal e Exército. Estaria o Coronel Passerino autorizado a falar em nome desses órgãos?

O Reitor fala em saneamento. Mas que saneamento é este que demite os competentes e dá força aos incompetentes? Admitimos que o Reitor tenha direitos para admitir e dispensar, porém dentro de um critério. E critério é o que não existe, pois sabemos de concursos na UEL para preenchimento de cargos, onde os primeiros colocados foram preteridos em favor de outros que nem concorreram. Estabelece-se na Universidade de Londrina, o critério de que concurso não gera direito. Então, para que realizar concursos?

Londrina está a exigir do Sr. Governador uma tomada de posição, pois pode ser que ele nem esteja inteirado dos fatos.

O Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Dr. José Carlos Pinotti, precisa ser chamado às falas. Aliás, a comunidade gostaria de saber quais são as qualificações do Dr. Pinotti para chegar a tal cargo, pois desconhecemos qualquer tipo de qualidade, a não ser a subserviência.

Não estamos exigindo do Dr. Pinotti uma conduta baseada na filosofia de Unamuno, onde o reitor é um escudo para defender os interesses dos estudantes e professores; mas que, pelo menos, honre o título de “magnífico”, a exemplo de Pedro Calmon, Suplicy de Lacerda, Darci Ribeiro, Anísio Teixeira, e Muniz Aragão. A Universidade deve ser a consciência da Nação, e nunca uma consciência anestesiada. Reitor é para proteger e não para delatar. Que esperar dos nossos jovens, se eles vivem a atmosfera do medo, da ameaça, da pressão e do arbítrio? Suponhamos que amanhã este orador, ou algum dos nobres Pares, tenha problemas relacionados com algumas posições aqui assumidas. É evidente que o Presidente desta Casa terá que vir em nossa defesa, pois aqui o Presidente está despidido de colorações político-partidárias.

Usando palavras do Sr. Governador “para meu governo a educação será prioritária”, é que fazemos este apelo.

No aeroporto de Londrina, cercado por estudantes, o Sr. Governador negou-se a receber uma carta-aberta, afirmando que a greve não é correta, não é legal, e que ele respeitava a atitude da Reitoria, e que daria total cobertura à Reitoria, pois respeitava a lei e a lei dá autonomia. Completou afirmando, que se existem falhas, que procurem a justiça.”

Talvez num diálogo com os estudantes, a gente até entenda e aceite esta posição do Governador. Mas Londrina está a

clamar, a pedir uma solução urgente e imediata para o problema criado com os cinco docentes, com a greve no Hospital Universitário e com o clima de terror que o Reitor implantou na Universidade Estadual de Londrina.

E fazemos um apelo ao Governador e também ao ex-Ministro da Educação, que, como tal, evidentemente deve estar por dentro destes problemas.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados. O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE – (Lê): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Que estas primeiras palavras, sejam o reflexo de agradecimento a um anônimo participante de causas nobres, para prevalecimento e esclarecimento da justiça com seus laudos médicos, que é o médico legista, cuja data a ele consagrado, foi comemorado no dia 07 do corrente mês.

Uma das especialidades médicas, que até esta data não teve seu devido valor reconhecido, mas que com seu trabalho, tem contribuído, e haverá de continuar a contribuir, para a formação de uma sociedade mais justa e mais cristã. Nos momentos difíceis, de decisão judicial, quer seja para condenar ou absolver, o advogado, o promotor ou o juiz, dele lança mão através o laudo pericial para imparcialmente julgar o réu.

Umuarama de há muito necessita de um médico legista. Já tivemos a oportunidade desde a nossa chegada àquela cidade há mais de 15 anos, quando solicitados, atendermos as autoridades daquela cidade, fazendo com boa vontade, ainda que com poucas condições de ordem técnica, os devidos laudos periciais a nós solicitados. Ainda assim, procuramos e achamos ter contribuído para o esclarecimento de muitos crimes.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Umuarama acaba de conseguir no último Governo, a construção de sua moderna Delegacia de Polícia, com 2.500 metros quadrados de construção, aliás justa reivindicação de nossa gente, de nossa cidade, tornada realidade. Desde a fundação de nossa cidade, até esta data, Umuarama não dispunha de um prédio próprio, condizente com sua gente e com a importância de nossa cidade como centro sócio-econômico de uma vasta região.

Para que se complete o quadro daquela unidade policial, há necessidade de mais esta peça fundamental para o bom funcionamento da justiça, que é a presença do médico legista junto a um perito policial. Sabedores que somos, do concurso realizado há poucos dias, para preenchimento dos cargos de médico legista e de perito policial, cujo resultado foi publicado dia 15 de março próximo passado, a boa vontade, aliado ao trabalho incansável desde os primeiros momentos do senhor Secretário de Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, e do ilustre Diretor da Polícia Civil, Doutor Luiz Chemim Guimarães, que consideram como prioridade, o bom atendimento das sub-divisões policiais e delegacias do interior no tocante a pessoal especializado.

Esperamos que a nossa reivindicação, seja uma realidade e que venha a ser atendida dentro do menor espaço de tempo possível.

Solicito que a cópia do presente pronunciamento seja encaminhada aos senhores Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil.”

Aproveitamos o dia de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para dedicarmos algumas palavras ao DIA MUNDIAL DA SAÚDE, ocorrido dia 07 de abril p.p. Neste ano em que estamos comemorando o Ano Internacional da Criança, nada mais justo que aplaudirmos o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, pela tomada de posição, em primeiro instante, quando lançou a campanha “SAÚDE DA CRIANÇA, FUTURO DO MUNDO”.

Foi criada pela Secretaria da Saúde, o Conselho Comunitário de Saúde e Bem-Estar Social, que nada mais é do que um chamamento da população, para junto com as autoridades constituídas trabalhar em prol da criança.

Sabedores que somos, de que em 1978, das 125 milhões de crianças nascidas no mundo, 12 milhões não completarão um ano de vida, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Saúde, daí a nossa preocupação.

Segundo a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, se 5% dos 400 milhões de dólares gastos anualmente para armamentos fosse destinada a alimentação das crianças, a mortalidade poderia ser bem menor, pois a maioria morre por fome, subnutrição. E o mais lamentável é que a própria UNICEF, não vê condições de modificação nos próximos 10 anos por entender a política sócio-econômica, dos países insuficientes, sem condição de controle da situação.

No Paraná, não é menos constrangedora a estatística. Mais de 25% das crianças aqui nascidas, morrem antes de completar um ano. Quando sabemos ser possível, em grande parte, evitar-se esses males, pois o Paraná possui uma infra-estrutura das mais capacitadas em todo o País para o atendimento às crianças, é que achamos ser hora de uma tomada de posição.

A campanha de vacinação que será iniciada, a nutrição com a introdução da soja como hábito alimentar, o programa materno-infantil, esclarecimento de tratamento de diarreias e infecções pulmonares, grandes causadores da mortalidade infantil, em colaboração com a comunidade já é um início de trabalho fundamental.

O propósito de se preparar para cada 10 mil habitantes um vacinador pela própria Secretaria, e, no mínimo 2 vacinadores por município já é um início excelente, pois sabemos que seis doenças das que mais atingem as crianças são evitáveis com a vacinação, quais sejam: o sarampo, o tétano, a poliomielite, coqueluche, difteria e tuberculose.

Façamos com que a população materna seja amparada, por exemplo contra o tétano, aplicando-lhe a vacina, para que não haja mais óbitos por essa doença, pois ela é evitável. Que a mãe procure proteger-se e alimentar seus filhos com leite materno, que se faça o controle da natalidade para que não tenhamos mães tão jovens ou tão idosas; que as mães deixem o vício do fumo, pois comprovado está que os filhos das fumantes nascem com menos peso, e, em consequência, segundo as estatísticas as crianças estão muito mais sujeitas às doenças.

Umuarama, cidade com 183.000 habitantes e que temos a honra de nesta Casa Legislativa representar, além de ser sede de Distrito Sanitário, possui 10 mini-postos de saúde, um em cada distrito, faltando apenas no momento a participação maior do governo, município e comunidade para que realmente passe a funcionar harmoniosamente, junto à população mais carente de nossa cidade. Confiamos plenamente no trabalho de S. Exa o Sr. Secretário.

Temos assim a obrigação de contribuir também com as autoridades, o nosso apoio irrestrito, pedindo inclusive que seja enviado ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, um requerimento de louvor pelo trabalho que já inicia à frente desta secretaria, que, apesar de pouco recurso financeiro, neste Ano Internacional da Criança, medidas já começam a ser tomadas, que com medidas unilaterais e específicas, nada conseguiremos. Toda a sociedade terá que participar ativamente, melhorando a ignorância presente, a fome, a pobreza, cuja solução, só será diminuída e alcançada com o trabalho de todos: povo, comunidade, lideranças políticas e governo.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"Aos poucos chega-se à consciência de que a Humanidade faz uma viagem nesta nave chamada Terra. E que não chegará a lugar algum se destruir a própria nave.

A lenta destruição está se processando através das agressões ao meio ambiente, em nome de um progresso que diz bem a Campanha da Fraternidade — nada mais representa que ganância desenfreada e irresponsável.

Talvez mais que a própria acumulação de bombas, a destruição do meio ambiente está provocando uma neurose coletiva, estressando os habitantes do planeta e exigindo dos governos providências energéticas e imediatas.

Amostra dessa sensação neurotizante acaba de ser dada por um garoto de dez anos, em Brasília, premiado por um desenho que criou sobre o tema ecologia.

Ele pintou todo o quadro de negro, fazendo no meio uma estradinha mais clara, repleta de automóveis....

Perguntado por uma emissora de televisão porque havia expressado assim sua visão de ecologia, o garoto respondeu: Porque o nosso futuro será negro.

Fazemos estas considerações iniciais para dar ênfase à revolta, nossa apreensão, ao sermos informados por pessoas ligadas à área científica, cujo nome bastaria para lastrear a denúncia mas que, por hora, preferimos omitir, de que está em andamento um projeto para a instalação de uma fábrica de herbicidas na Baía de Paranaguá, provavelmente em Ponta do Sul.

Herbívora é um composto químico de alta periculosidade, um assassino de vegetais. Sua função: poupar dinheiro pela abolição da capina de ervas daninhas. Aplicado inadequadamente, como geralmente o é, acaba contaminando regatos e rios, destruindo a flora e a fauna de mananciais.

A base química dos herbicidas deve conter amida, uréia, amida, carbamato, tiocarbamato, ácidos benzóicos e fenoxi-subs-tituídos, derivados clorados e mitilados do ácido acético.

São substâncias componentes também dos célebres desfo-lhantes químicos usados pela aviação norte-americana para des-truir as florestas vietnamitas e desabrigar guerrilheiros do vietcong.

O quadro que temos, então, é o seguinte: pretende-se instalar em um dos nossos municípios costeiros uma indústria de produtos químicos que são matéria prima inclusive de artefa-tos bélicos, certamente empresa de capitais estrangeiros e que utilizará componentes importados.

Seu único benefício seria o barateamento da agricultura pela diminuição das capinas. Indústrias dessa natureza se caracteri-zam por absorver pouca mão-de-obra — entre vinte e trinta pes-soas — e por oferecer graves riscos de poluição nas áreas onde são instaladas.

Tivemos há pouco tempo, em Paranaguá, mero esboço da tragédia que seria a contaminação das águas da baía por violentos poluentes. A lavagem de um porão de navio que havia transportado produto tratado com cianeto desencadeou mortan-dade de animais, interdição da pesca, fome, miséria, e, sabe-se lá, quais consequências possam resultar para pessoas que tenham ingerido pescado contaminado.

O conjunto das baías de Paranaguá, Antonina, Guaraque-gaba e Guaratuba, são notoriamente criadouros de plancton, extremidade inicial de toda a escala de vida animal marítima. Se não sobrevivem crustáceos e pequenos peixes e não haverá também os peixes maiores que destes se alimentam. Sem o pei-xe, não há pescador, não há alimento para o homem.

Os 104 quilômetros de litoral do Paraná constituem, realmente, bolsão de subdesenvolvimento econômico em rela-ção às regiões mais ricas do Estado. Não houve instalação de indústrias, talvez pela proximidade ao grande polo industrial de São Paulo.

Mas, se assim ainda estamos, vamos preservar o que aca-bou senso benefício para as populações do litoral e para este Estado.

Não temos poluição constante no litoral do Paraná. E nem queremos, e nem devemos ter. Vamos cumprir também no litoral nossa vocação agropastoril.

Tem sido denunciado constantemente pela imprensa que grupos multinacionais, acossados em seus países de origem pelos movimentos de preservação ambiental — procuram agora países do chamado terceiro mundo para abrigar suas indústrias mais perigosas.

Aceitará o Brasil papel de depósito de lixo do mundo? Aceitará o litoral paranaense?

Se importaremos componentes dos herbicidas, sem os quais o homem viveu numa agricultura sadia até hoje, por quê, então, não importamos os herbicidas pronto?

Não seria até sadio retardar ao máximo esse processo alarmante da expansão da agricultura cada vez mais envene-nada por produtos químicos?

Não teria chegado a hora do homem retornar aos cami-nhos sábios da Natureza?

Em vista do que manifestamos, da denúncia recebida e do alerta que aqui trazemos, requeremos à Mesa, ouvida a casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios do Interior para que determine à Supe-rintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente que esclareça se aquele órgão tem conhecimento da apontada implantação industrial. Na hipótese negativa, se o assunto ainda não foi levado à esfera oficial, que diga a Superintendência quais os poderes legais teria ela para impedir a localização de indús-trias dessa natureza em áreas inadequadas."

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) Erondy Silvério"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Há três anos passados, iniciamos uma corrida nesta Tribuna e neste Poder, preocupados com os destinos da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Requeremos, a constituída foi, Comissão Parlamentar de Inquérito para a Educação no Estado do Paraná, quando, com uma representação minoritária do partido da Oposição nesta Casa, atuamos no sentido de impedir que episódios que marcam negramente a educação no Estado do Paraná, viessem a ocorrer na Fundação Universidade Estadual de Londrina, como nos dias atuais.

Vimos nascer em nossa terra, Universidade pré-destinada a ser grande, e a honrar a cultura e a educação no Estado do Pa-raná; vimos nascer uma universidade que, durante os seus pri-meiros passos, nos passos iniciais da sua caminhada, dirigida por um profissional consciente e responsável, Dr. Ascêncio Gar-cia Lopes. Londrina começava a despontar e, conseqüentemen-te, todo o Estado do Paraná, no cenário nacional e, até, mesmo, internacional, cantada até mesmo em prosa e verso a nossa Universidade, como uma das melhores do nosso País e da nossa Pátria.

Vimos, ao esvaír-se a gestão do magnífico Reitor Dr. Ascêncio Garcia Lopes, a indicação do hoje Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, que iniciou um procedimento e um processo que predestinava à Universidade Estadual de Londrina a ingressar nos caminhos de crise que, hoje, atravessa, em nossa cidade, em nossa região Norte do Paraná.

Lá está José Carlos Pinotti. Mas, creio, tenho certeza até, que o atual Reitor da Universidade Estadual de Londrina está a acumular cargos, porque, na verdade, Oscar Alves, Secretário da Saúde, continua a desempenhar o mandato de Reitor da Fun-dação Universidade Estadual de Londrina, comandando, atra-vés de ordens, através do bem mandado Reitor José Carlos Pinotti, os destinos da nossa Universidade Estadual.

Disse bem o Companheiro de bancada, de minha terra, que me antecedeu, que indicaram o Cel. Rubens Passerino Moura para a Diretoria Superintendente do Hospital Universitário, que ele para lá foi, já com os dias contados, com a sua programação acertada e definida de retorno à Capital do Estado, após o expurgo de mestres competentes que faria naquela Universidade Estadual.

Estão a aniquilar o nível de ensino em nossa terra, Sr. Presidente, Srs. Deputados! E é necessário que esta Casa que bem representa o povo deste Estado, se erga para dar fim a este estado de coisas.

É oportuno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar que visita este Parlamento o eminente Deputado Federal Álvaro Dias que, na semana que passou, registrou a crise em nosso Estado, na nossa Universidade Estadual de Londrina, e a preocupação daquele Poder com os destinos desta Casa Cultural do Estado do Paraná.

Os mestres demitidos são todos profissionais competentes, responsáveis e admirados em nossa terra.

Seus currículos encheriam, certamente, toda uma edição da "Folha de Londrina", profissionais competentes e que já deram prova do que poderão fazer pela cultura e pela educação, em nossa Universidade, Sr. Presidente.

Profissionais sendo demitidos, em um dia, na Universidade Estadual de Londrina, quando se dirigiam à Universidade de Campinas, para pregar cultura aos estudantes daquela terra distante do Estado de São Paulo.

Por isto, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, solicitamos, e apelo nesta oportunidade, para que esta Casa aprove o requerimento de nossa autoria que hoje apresentamos e que a Secretaria da Casa já teve oportunidade de ler.

Solicitamos a constituição de uma Comissão Especial, composta por três eminentes Srs. Deputados desta Casa, para, "in loco", ouvir as partes e intermediar no sentido de assegurar, no Estado do Paraná, a existência de uma Fundação Universidade Estadual como todos nós queremos que seja a Fundação Universidade Estadual de Londrina.

O nosso tempo se esgota, Sr. Presidente. Em outras oportunidades voltaremos ao assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Registramos, com muita satisfação, a presença em nosso Plenário, do Deputado Federal Álvaro Dias.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Preserve o que é de todos". Este lema da Campanha da Fraternidade que a Igreja Católica lançou para este ano, traz exemplos maravilhosos. Já em si este tema nos faz meditar. Trata-se da preservação da natureza. A criação deste mundo, segundo narra a Escritura procedeu-se em sete dias. O homem parece que em pouco tempo fez exatamente o inverso, por ganância destruiu, ou quase está por destruir esta maravilha da criação que é a natureza e a vida.

Entre os belos exemplos práticos desta Campanha foi dado pelos jovens de Curitiba que em data de ontem não portaram ramos, mas sim folhagens pelas ruas da cidade, demonstrando desta forma que a árvore e seus ramos devem ser preservados, e estes mesmos jovens levaram para suas casas mudas de árvores, para serem plantadas. Estas mudas foram oferecidas pelo ITC, o que igualmente demonstra um gesto dos mais nobres.

A exemplo da Arquidiocese de Curitiba, outras dioceses fizeram atos que considero não apenas religiosos, mas de profunda significação cívica. Desejo registrar nesta oportunidade a "Caminhada da Fraternidade" da minha região, mas precisamente de Nova Esperança, foram as cidades de Nova Es-

rança, Atalaia, Mandaguaçu, Florai e São Jorge do Ivaí, que se reuniram numa demonstração de fé, numa união de irmãos, numa caminhada de amor. Partindo de suas cidades, sob o comando dos respectivos vigários, numa demonstração de ordem, numa prece comunitária, para se concentrarem em Castelo Branco.

Esta Caminhada, realizada no Domingo de Ramos, no início da Semana Santa deste ano, fez-nos refletir. Primeiramente o que moveu aquela multidão de dez mil pessoas no mínimo, foi a fé inabalável que nossa gente vive. Em segundo lugar a ordem, num momento em que parece que vivemos dificuldades neste terreno. Chamou a atenção pois aquela multidão, rezando e cantando, seguindo o exemplo da multidão de Jerusalém, mostrou que nem tudo está perdido.

Em terceiro plano, esta gente conscientizou que deve preservar a natureza, pois todas as motivações, as preces e os cânticos estavam voltados para este tema. Mas o mais importante a ser preservado é exatamente a vida humana, que hoje encontra tantos inimigos, alguns deles provocados exatamente pela destruição dessa natureza que a Igreja em boa hora lançou em terras brasileiras. No instante em que alguns homens encontram tanta dificuldade em se dar as mãos, em fazer as pazes, em se unir para o próprio bem, a caminhada da fraternidade conseguiu esta multidão de dez mil pessoas se desse as mãos numa prece que pedia as bênçãos, para a vida humana e para a vida da natureza.

Registro, emocionado este espetáculo, pois ali houve a verdadeira união do povo, dos seus líderes espirituais dos guardas rodoviários, para que este espetáculo se realizasse, e desse um grandioso exemplo a nós políticos, que muitas vezes por coisas pequenas, esquecemos as fundamentais.

Ao registrar este acontecimento verdadeiramente comovente, desejo consignar, nos Anais desta Casa, não apenas um voto de aplausos aos organizadores da Campanha da Fraternidade pela felicidade do tema que escolheram, em tão boa hora, mas em especial a "Caminhada da Fraternidade" daquelas cidades do Norte do Estado, mas um profundo agradecimento que nos dão com tais gestos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gestos como este que acabo de delinear em breves palavras, constituem-se em exemplos que devem ser seguidos por todos, porque acredito que as lições de fraternidade, deixadas pelo cristianismo já deveriam ser apreendidas pelos homens que são irmãos.

Felicitos estes gestos concretos, estes exemplos palpáveis como devemos nos dar as mãos para construir um mundo melhor e "preservar o que é de todos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sugarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na quinta-feira votou-se nesta Casa, um Veto de Lei, apostado pelo Sr. Governador do Estado, com referência ao projeto de lei que deu nova sistemática à Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Dizíamos, Sr. Presidente, de que, lamentavelmente, tudo que esta Assembléia havia conseguido fazer de melhora, no projeto, havia, pelo Sr. Governador, sido vetado, e, entendeu a maioria desta Casa, de acatar o Veto e deixar as imperfeições do referido projeto. Hoje, Senhor Presidente, trago à Casa, talvez a primeira medida judicial contra a lei que passou por esta Casa, e que esta Casa tinha a obrigação de melhorar e de corrigir os erros gritantes que tinha.

A Casa fez em primeira oportunidade, mas não teve a condição de fazê-lo na segunda, ao não derrubar o veto.

Pois bem, Sr. Presidente, em data de hoje, o Excelentíssimo Dr. Juiz de Direito Zanoni de Quadros Gonçalves, acata, liminarmente, o primeiro mandado de segurança que se impetra contra

esta lei.

Pois bem, acredito, Senhor Presidente, que uma infinidade de mandados de segurança irão aparecer, e terão ganho de causa porque, na realidade, a lei é inconstitucional.

Por isso, Senhor Presidente, venho à tribuna fazer um apelo, à ilustre liderança do Governo, para que leve até o Governador do Estado, a preocupação da Casa, em ver, sentir e estar informada de que na realidade, direitos individuais foram feridos.

O quadro que hoje trago, não é propriamente de um dos defeitos da lei. Pelo contrário, talvez seja um dos pontos altos da lei. Todos os advogados que pertenciam ao quadro da Procuradoria, pela nova lei, deveriam ter sido enquadrados dentro da nova sistemática.

Pois bem, um ex-Procurador do Estado, Dr. Lelis, numa atitude muito estranha, bastante arbitrária e totalmente ilegal, fez uma classificação, ao arrepio da lei, uma classificação em que ele, Procurador avocou o direito que só o Conselho da Procuradoria tinha, e ele, por ele mesmo, fez uma classificação de todos os advogados e a remeteu ao Governador. Contra isso, contra essa atitude ilegal, rebelou-se um dos Senhores advogados. Deu entrada na justiça e teve liminarmente deferida a segurança.

Então nós estamos solicitando à ilustre liderança da ARENA, cuja cópia do mandado, nós entregaremos, para que leve ao Sr. Governador do Estado, a preocupação de suspender, de não concretizar este enquadramento feito ilegalmente pelo Ex-Procurador do Estado, Dr. Lelis Correa.

Acredito que se nós, como legisladores, ao elaborarmos uma lei, temos também o direito, "a posteriori", de fiscalizar para que esta lei seja cumprida, porque entre as tarefas do Legislativo, também está a de fiscalizar e fazer o cumprimento da lei.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acredito de que caiba realmente ao Executivo ter consciência disso e que se hoje realmente entra um mandado de segurança contra a simples classificação dos advogados, feita totalmente ao arrepio da lei, amanhã, entrarão novos pedidos, contra a inconstitucionalidade, que o projeto trouxe, no sentido de não permitir que os advogados, os atuais advogados exerçam a advocacia particular.

Admito que a nova lei possa exigir daqueles que agora ingressarão no Estado, ou possa proibir a advocacia daqueles que agora vão entrar, mas aqueles que já pertenciam aos Quadros da Procuradoria, não se pode, de jeito nenhum, ferir e desconhecer o direito adquirido.

Por isso, Senhor Presidente, ocupo a tribuna para formalizar este pedido: A liderança da ARENA que leve ao Sr. Governador este pedido da Casa, para que não prossiga nesta classificação feita contra os Advogados do Estado, porque a classificação não é feita pelo Procurador, mas sim, pelo Conselho de Procuradores e este Conselho no Governo anterior, não chegou nem a ser constituído, razão porque não se poderia tratar de uma classificação dos advogados, porque nem o Conselho, que é o órgão processante, que é o órgão legal, que de acordo com a lei, é o órgão que tem competência para fazer a classificação que seria por merecimento, nem o órgão foi instalado, muito embora, ele já tenha sido criado pela lei. Mas ele não foi instalado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, formamos este apelo para que não assistamos, daqui para frente, um verdadeiro tumulto dentro dos Quadros da Procuradoria, porque é de se reconhecer que, individualmente, todo advogado que for ferido nos seus direitos individuais, recorra à Justiça, para ver garantidos os seus direitos.

Portanto, se administrativamente o Sr. Governador do Estado tomar essa cautela, de mandar suspender todos esses atos, instalar o Conselho da Procuradoria, então sim, a lei está

sendo cumprida. Por isso trago, da tribuna, formalmente, este apelo para que, ao menos, o Governador do Estado, impeça que injustiças e que ilegalidades sejam cometidas, numa lei que, paradoxalmente, ainda na última quinta-feira foi aqui votada e, hoje, já na segunda, quatro dias após, já é causa de um mandado de segurança, confirmando assim, aquilo que havíamos dito, por ocasião da discussão do veto governamental.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, Srs. Deputados, e um pouco constrangido, talvez, devo abordar aspectos do nosso Poder LEGISLATIVO.

Neste começo de ano, em que se opera uma transição de Governo, vimos algumas iniciativas, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado, com os melhores propósitos de elevar o conceito dos legisladores; as promessas e o empenho dos Srs. Deputados e da Comissão Executiva, para agilizar o funcionamento desta Casa de Leis. Homens dos dois Partidos que aqui vêm assumindo compromissos de vulto, dos mais altos, falando sobre desenvolvimento e democracia, falando sobre a situação do povo e suas aspirações, podemos dizer que esta Casa está encontrando o seu destino político, cenário de ressonância dos grandes problemas sociais, econômicos e políticos. Compartilhamos desse esforço que deverá resultar em benefício, antes de mais nada, para o povo, para a produção, para o exercício consciente da atividade política e para as administrações públicas. Este Poder procura reconquistar sua imagem e sua força, como a mais direta representação popular. No entanto, podemos dizer que não basta o esforço e o empenho pessoal, é preciso mais — é necessária a coordenação desses designios, reunindo os integrantes das bancadas, e o entrosamento dessas com a Comissão Executiva e a Mesa que dirige nossos trabalhos. Não é nosso propósito recomendar, interferir, apenas chamar a atenção para um fato que a todos começa a preocupar: ou defendemos intransigentemente os interesses populares, tão necessitados desse espaço social conquistado a duras penas, e que decorre da extinção de alguns aspectos do arbítrio, da violência contra a população, ou nos situaremos na ambigüidade de defender o próprio arbítrio, que se deteriora sob o impacto da força popular.

Tivemos nesta Casa, exemplo de como podemos caminhar para trás. Nós queremos compartilhar na procura de caminhos que fazem a Nação avançar, que fazem o povo avançar, que permitam que todas as classes sociais formulem sua co-existência, suas relações de trabalho e vida. Acreditamos, sinceramente, que é propósito dos membros da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, dessa descoberta, que podem partilhar dessa descoberta, encontrar caminhos que são do interesse do povo e já tivemos inúmeras manifestações de Deputados, neste sentido.

Todavia, Sr. Presidente, meus caros Srs. Deputados, alguma coisa parece não estar ajustada, pois estas manifestações podem surpreendentemente ceder o seu lugar para uma unidade contrária, para a negação desse desejo individual, dessa vontade de acertar, e dar contas a uma representação conquistada junto ao povo. E de repente nos colocamos em campos diametralmente opostos, como inimigos naquilo que é nosso dever, a representação popular, a representação das necessidades e desejos do povo.

Então é como se não pudéssemos marchar juntos, é como se estivéssemos até agora apenas assumindo expectativas inviáveis, porque não têm base real; é como se as manifestações individuais em nível mais alto fossem sufocadas por uma voz de comando, que insiste em ser anti-popular e anti-social.

Vimos nos últimos dias a reversão das expectativas, com

a bancada da ARENA votando contra a classe trabalhadora, votando contra os estudantes, contra a anistia, votando contra o voto do povo de: eleger seus administradores das capitais. Porém, não se tratou apenas de uma votação e de um pronunciamento que se renega programas e compromissos, não foi um episódio; talvez carregado de má orientação e equívocos, foi um verdadeiro desastre político, pelo sentido que teve e tem e pelos reflexos junto a opinião pública.

Vocações políticas jogaram na vala comum suas afirmações e princípios, a defesa de classes e setores sociais por causa de uma atitude impensada, talvez, por causa de um maniqueísmo formal de quem deseja servir, ao mesmo tempo, dois senhores, mas acaba mostrando uma preferência e uma exclusividade que assustam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o sentido da minha fala é apenas lamentar a ocorrência e indagar, se doravante não contaremos mais com um trabalho comum no objetivo de prestigiar o Legislativo e a representação popular e democrática. É no sentido de saber se separamos definitivamente nossa colaboração em favor do povo brasileiro, se não cabe mais esperanças e expectativas de ações conjuntas para chegarmos a redemocratização, que não seja uma outorga do oportunismo governamental.

Sei Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitos Parlamentares da ARENA, como do meu partido, o MDB, não pretendem a exclusividade da representação popular. Porém essa representatividade não é apenas nominal; ela é concreta a cada momento da ação parlamentar e política. E nesta Casa se colocou uma linha divisória, uma separação rígida entre as bancadas e os representantes que pretendem falar pelo povo.

Lamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal fato tenha acontecido. E creio que as pessoas conscientes, todas devem igualmente lamentar a divisão de caminhos entre as bancadas e entre as lideranças desta Casa, deste Poder Legislativo.

Dito isso, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, e devo aproveitar esta oportunidade para colocar também o que entendemos com relação ao novo Governo do Estado, ao novo Governo do Sr. Ney Braga, e tenho visto e lido, que o líder da ARENA no Congresso Nacional, Deputado Nelson Marchesan, afirma que o MDB não deve contestar e não pode contestar o Presidente Figueiredo, por entender ele que da posse de Sua Excelência até hoje, o prazo é tão exíguo que isso não pode acontecer.

E por entendermos assim, não vamos nesta oportunidade, cobrar nada do Governo do nosso Estado. Isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o novo Governador do Paraná já disse das suas intenções na Administração do Estado, e aqui se está fazendo eco a esta manifestação. São intenções particularmente muito importantes, porque revelam que o problema social enfim, chegou ao Palácio Iguazu, e começa a sensibilizar os demais políticos da ARENA.

Creio que não haverá nenhuma dificuldade, para o governo implantar programas sociais de alimentação, saúde e educação pois sempre foi objeto da ação política do MDB, que os governos deixam de lado, suas intenções de formar grupos e grupos, para gerarem a economia política, a cultura e a sociedade. E esses grupos e empresas se vêm apropriando da riqueza social, empobrecendo a população.

O Governador Ney Braga afirma que dará ênfase ao problema social, formulando programas e adotando medidas para defesa do marginalizado, do carente, do trabalhador pobre, do profissional mal remunerado. Embora as Diretrizes não digam como o governo pretende compatibilizar seu programa social com a existência de grupos e empresas que vivem abocanhando grandes lucros com a intermediação no Estado, e assim diminuem os recursos para a ação social propriamente dita.

Ainda estamos envoltos em mistério.

Na verdade o atual orçamento já é uma programação de recursos que contou com a aprovação do Governador Ney Braga; ali foram apontados recursos para a continuação de muitas obras e foram redefinidas as dotações para os setores da administração pública.

Assim, embora agora esteja corrigindo a gerenciação do Estado feita no período Jayme Canet Júnior, o Governo na verdade é o mesmo; exatamente o mesmo! porque a cúpula é uma só ao longo desses anos todos.

Devemos entender que a imagem filtrada para a opinião pública é de que terminaram os tempos governador-gerente. Agora o Governador será administrador mesmo da coisa pública. Dessa forma, permanece o mesmo grupo, mas mudam os métodos e o estilo do governo.

Nós que nunca pudemos distinguir demais os métodos e estilos personalistas, ainda não encontramos onde realmente, estará o ponto distintivo que não seja na forma publicitária; quer dizer, na forma de proclamar e anunciar.

De toda maneira, agora os comandos políticos menores do partido do governo já podem também dizer de suas preocupações com o problema social. Estão autorizados a fazer pronunciamentos sobre a fome, o custo de vida, a inflação, a situação dos pequenos e médios produtores, as dificuldades do trabalho, e as relações do governo com a comunidade.

A Nação volta a existir com o reconhecimento da existência do cidadão, do trabalho, da atividade produtiva; e que essa comunidade tem direito e convive num determinado espaço, sob relações sociais e tem certa identidade cultural.

Mas o Governador que foi Ministro da Educação encontra um grave problema de qualificação do ensino. Encontra universidades e faculdades estaduais, muito onerosas que estão tirando dinheiro da educação básica; encontram muitos recursos do Estado distribuídos em verbas para a educação privada, encontra os comandos políticos, dominando o sistema de educação, levando a inquietação, a instabilidade e o baixo nível à educação do Estado. Encontra um enorme "deficit" de vagas no sistema de educação, que nem mesmo as empreiteiras de obras conseguiram suprir durante o período gerencial. Encontra a Instituição MOBRAF contribuindo em verbas e entevando o sistema educacional global, mas como tem espaço político nacional e internacional, permanecerá enganando o povo brasileiro. O Sr. Gabriel Mianuel — Deputado, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — Logo que eu conclua, meu caro Deputado.

O Governador Ney Braga, encontra nosso Estado com seu programa de saúde comprometido, pela sessão de hospitais e postos de saúde para privilegiados que os ligam a seus próprios negócios. Entrega a seu genro a tarefa de ampliar o sistema misto de gerentes, o Estado e a empresa privada, ou, quem sabe a terminar com esta situação tendo em conta o programa social do novo Governo, nada disto foi falado, por isto nada foi entendido.

Acreditamos que até estas campanhas de vacinação, que gastam mais em publicidade do que em efeitos, poderão ser ampliadas e notificadas.

Sobre a alimentação e nutrição, podemos fazer um teste inicial, que o Governo divulgue custos e dados sobre os programas de merenda escolar, e inclusive sobre os intermediários, e que pretendem fazer a respeito. Com toda a certeza, isto nós estamos provando nos últimos anos...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADALBERTO DAROS — ...não é possível estimular essa política econômica federal suicida, que favorece pequenos grupos e empobrece os brasileiros, e ao mesmo tempo realizar programas de alimentação para as camadas de baixa

renda e, ao mesmo tempo, estimular e fomentar a produção dos pequenos e médios agricultores e empresários.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Daros, nós estamos ouvindo com verdadeiro interesse a sua explanação, sobre os problemas que concernem à administração estadual. Conhecemos em Vossa Excelência um Deputado dinâmico, de um tirocínio político invejável, homem afeito às causas públicas, homem do povo, mas só queremos fazer um pequeno reparo.

Vossa Excelência mistura administração grandiosa com gerência. Em que pese o respeito que temos por todos os gerentes, de bancos, de firmas, Jayme Canet Júnior não foi gerente do Paraná, foi um grande Governador. Governador que há de marcar época neste Estado, e Vossa Excelência bem o sabe, bem o reconhece.

Infelizmente, jogamos hoje em áreas opostas. Vossa Excelência de um lado e nós do outro. Não podemos consentir que com este brilhantismo, com esta juventude de Vossa Excelência, com este tirocínio político, venha a assacar contra um homem que foi um dos melhores Governadores do Paraná, Jayme Canet Júnior, que deu a este Estado, o exemplo de estrutura, de progresso, onde Ney Braga há de continuar a sua obra e havemos, de no futuro próximo, dizer a Ney Braga que o mesmo fez muito bem em indicar Jayme Canet Júnior como Governador do Paraná.

E nós, para orgulho nosso, nos sentimos honrado e nos sentimos ferido quando se pronunciam injustiças desta tribuna, que é a tribuna do povo. Vossa Excelência, como digno representante do povo, não pode fazer injustiças.

Quero que Vossa Excelência veja este Paraná, de norte a sul, onde Vossa Excelência ia fazer campanha política e está fazendo no Norte Pioneiro, hoje nós de cabelos embranquecidos, podemos nos parabenizar porque Vossa Excelência vai no asfalto; asfalto feito por Jayme Canet Júnior; asfalto feito com o dinheiro do povo e aplicado em benefício do próprio povo e, para que Vossa Excelência não continue a praticar injustiças, nós pedimos apelo, clemência, Deputado Daros, ao homem que mais fez pelo Paraná, embora Vossa Excelência, em sua consciência reconheça que Canet Júnior foi um grande Governador.

Não queríamos que fizesse uma apologia contrária do grande líder, que é Canet Júnior, e que, se Deus quiser, há de voltar em 1982, para continuar a obra de Ney Braga. Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Gabriel Manoel está bem adiantado. O Deputado Gabriel Manoel está em 1982. Eu continuo em 1979, Sr. Presidente, e antes de continuar, gostaria de conceder o aparte ao Deputado Scarpelini que havia pedido primeiro.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência há de dar toda a consideração e respeito ao aparte formulado pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, porque ele é um homem que realmente defende a todos os Governantes.

Em 1963, ele defendia o PTB e o Governo João Goulart; e hoje defende o Governo Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem)

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Gabriel Manoel. A Mesa não viu nenhum artigo do Regimento Interno que tenha sido ferido.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não cabe, Deputado Gabriel Manoel, vai me perdoar, mas não cabe no momento.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, me assegure

a palavra, por favor.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, quando a gente escuta tanta bobagem, como é que a gente fala, então? Fica quieto? Obrigado, então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos)

Com a palavra o Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, às vezes faço o que aprendi com meu pai, Sr. Presidente, contar até dez para não dar uma resposta ao caro Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — A bobagem é de quem aparteu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos)

Com a palavra o Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Continuo meu pensamento.

Devo agora, Sr. Presidente, dizer que para o setor da cultura, do Paraná, nós achamos que o novo Governo não deve continuar e até expandir manifestações de cultura, que serve a um pequeno número de pessoas, em busca de promoção além fronteira. Vimos como, à ânsia de encontrar apóio, muitos artistas e empresários de arte, lutaram com a possibilidade de o Paraná criar um mercado especial nesse país pobre. Com recursos não compatíveis com as nossas necessidades sociais.

Ainda que se considere justa a atividade cultural, então chamada de nível mais elevado, ela, necessariamente, ao número de atendidos, deve estar correlacionada com as iniciativas culturais que sirvam à maioria do povo.

Estamos vivendo uma fase de dificuldades, e o Povo começa a cansar de festas e animações que visam a enganá-lo, levando o lucro para os bolsos de alguns e fotografias em jornal, daqueles burocratas que têm imaginação criadora.

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — No pronunciamento que Vossa Excelência faz, nota-se a preocupação de Vossa Excelência com vários aspectos da administração pública estadual, invocando inclusive o período governamental do Sr. Jayme Canet Júnior, na tentativa de estabelecer, se possível, uma confrontação, com as diretrizes do Governo Ney Braga.

Neste aparte, que peço a Vossa Excelência, devo me confessar muito à vontade, por duas razões elementares: a primeira porque não sou um apologista gratuito da obra de Canet; porque reconheço como cidadão deste Estado, o quanto foi feito no seu Governo sério e responsável, pelo Paraná. E a segunda razão: porque todos nós paranaenses, que conscientemente analisamos e julgamos os fatos, hoje já históricos, sabemos da conduta de Ney Braga na vida pública deste Estado.

Diz Vossa Excelência que, neste Governo, talvez tenhamos os mesmos padrões do Governo passado. E afirmo que feliz do Estado que possa ter dois Governos consecutivos, com o padrão do Governo Canet, e com o padrão, que vai ser o Governo Ney Braga.

Mas gostaria ainda de dizer a Vossa Excelência que uma conduta superior, tem norteado já esses primeiros dias da administração Ney Braga.

E não faz tempo, Sr. Presidente, há 1,50 horas, no seu gabinete, o Governador, colocando em prática uma afirmação que fizera a dias, comunicou a vários prefeitos, a vários Deputados, a liberação de recursos financeiros para inúmeros municípios do Paraná, e o mais aquinhoado de todos foi o Município administrado por um Prefeito do partido de Vossa Excelência, Londrina, que vai receber mais de duzentos milhões de cruzeiros.

Quer me parecer esta atitude seja, em primeiro lugar, de amor a este Estado, e de respeito ao seu povo, e digo a Vossa Excelência com a maior tranquilidade, que todos nós

temos a convicção de que Ney Braga vai governar este Paraná com a mesma decência de Canet, e vai dar ao Paraná o que o Paraná ainda espera, o que o Paraná ainda precisa, porque infelizes de nós, no momento em que não aspirarmos mais nada.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência mas, devo dizer aqui claramente que o Paraná é um Estado feliz por encontrar uma continuidade no campo moral, no campo administrativo e no campo político. Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o esclarecimento que Vossa Excelência fez, principalmente no que diz respeito à distribuição de verbas que o Governador do Estado deve ter feito hoje, através dos Prefeitos do interior, e já vejo uma controvérsia entre o Governo passado e este, meu caro Deputado.

O Governador Jayme Canet nem sequer recebia Prefeitos do MDB, e aí está a prova, existia uma discrepância. Eu entendo como bom brasileiro, que tanto faz Londrina como Curitiba, ou um Município onde o Prefeito seja da ARENA, todos somos irmãos, somos paranaenses, e o Governador que saiu há alguns dias, nem sequer recebia Prefeitos do MDB.

Continuando, Sr. Presidente, falei do que entendo e de como o Governo poderia colocar a atividade cultural em nosso Estado. E a respeito do esporte é preciso que se diga o que se entende por necessidades culturais, recreativas-esportivas, em aplicação de programas para o estímulo real e efetivo aos esportes de base, atletismo e aos esportes de interesse do povo.

Não acreditamos que um programa de construções e empreitadas seja por si o que vai desatar o interesse e a atração pelos esportes e a convivência social.

Se há necessidade de construções, que elas se façam em ritmo e localizações, seguros de acordo com um programa social de interesse do povo, e que primeiro se estimule e ofereça meios para a própria organização social dos que desejam praticar esportes e atividades culturais de outro tipo. Só assim teremos programa dignos de aplausos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, termino dizendo que, se os vassalos creditam ao atual Governador o posto de Rei, é preciso que ele não esqueça: o povo está observando com atenção os passos dos novos administradores.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Apenas, nobre Deputado, para me reportar ao aparte do nobre Deputado Airton Cordeiro à sua oração.

Tem-se falado muito que Londrina tem recebido favores. Eu não entendo assim, não.

Londrina, e outras cidades do MDB, recebem o que é justo: um retorno. Porque, de cada cem cruzeiros arrecadados, no município, sessenta vão para o Governo Central, trinta e três para o Governo do Estado e apenas sete por cento, apenas, ficam para o município!

Essa verba que se referiu o nobre Deputado Airton Cordeiro, duzentos e quarenta milhões, para acesso aos conjuntos habitacionais, é uma verba federal, do BNH, e o Banco do Estado do Paraná é o órgão repassador. É um repasse, dinheiro que estava retido no Banestado e que o Governador do Estado deve liberar para que o Prefeito de Londrina possa concluir o acesso, o asfalto, aos conjuntos habitacionais das doze mil casas construídas.

Não vamos levar para o aspecto de que Londrina, ou qualquer outra cidade do MDB, vive de chapéu na mão.

Londrina recebe o que ela tem direito, porque ela arrecada. Não porque ela é cidade do MDB, ou da ARENA, isso não importa. Importa é Londrina, terceira cidade da região Sul do País.

Então, depois desses duzentos e quarenta milhões, deverão vir outros milhões, via BNH, o Banestado sendo o órgão

repassador.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Era somente isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado do MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tal qual as marés também a política brasileira vive de vazantes e enchentes.

Parece que agora, após longo período vazante, graças a uma melhor consciência de nossas classes sociais, entramos num período em que, pelo menos, já se pode falar.

Vozes até então emudecidas para na vazante não sofrerem seus desgastes, procuram se fazer ouvir.

Passou até ser moda, criticar o antecessor, com a mesma veemência que antes se elogiava.

Tal nos parece o novo posicionamento do Sr. Secretário da Agricultura, Sr. Reinhold Sthefanes, em entrevista concedida ao "Jornal Rural" n.º 69, editado em nossa Capital, sob o título "Convocação Geral: — é momento de atitudes mais agressivas".

Analisemos a sua entrevista.

Inicialmente, o Sr. Secretário diz estar consciente que sua Pasta enfrenta dois problemas básicos:

Primeiro, a desconfiança do homem do campo em relação ao Governo, principalmente pela adoção por parte deste, de medidas que chama "conjunturais": corte de crédito, confiscos, taxações, etc., considerando que houve nos últimos tempos, "mudança das regras do jogo" diminuindo a confiança do homem do campo no governo.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário se diz ciente de que sua pasta não detém a maior parte dos instrumentos de apoio à produção e comercialização, concentrando-se em Brasília, as decisões.

De passagem, critica também o fato de ter o Brasil deixado de ser um Estado Federado.

Se o Sr. Reinhold Sthefanes tivesse feito tais declarações alguns meses atrás, quando é bom lembrar, era alto funcionário do sistema, provavelmente seria considerado um autêntico do MDB a tentar subverter o tão decantado Desenvolvimento com Segurança ou teria entrado na famosa lista de comunistas do General Sylvio Frota.

Acontece, e é bom que o Sr. Reinhold Sthefanes saiba, que tais afirmações vêm sendo feitas há muito tempo e deixando no caminho muitas vítimas do sistema que ele faz parte. Não só o meu Partido mas também correligionários seus e principalmente segmentos sociais importantes, como a Igreja, os trabalhadores, os advogados, os médicos, os estudantes, estão a alterar suas vozes desde há muito nestas denúncias."

Muitos caíram, muitos foram cassados, enquanto o Sr. Reinhold Sthefanes, como ainda hoje, é homem do sistema.

("De outra parte, ao justificar o assunto que deu origem ao título da entrevista o Sr. Secretário diz "que o Estado do Paraná, principalmente pelo peso que sua agropecuária ao conjunto da produção nacional, deve começar a ter uma atitude mais agressiva em relação ao Governo Federal".)

"Deve começar" - vejam bem Srs. Deputados, e chamo a atenção principalmente dos Srs. Deputados da ARENA que são altamente criticados neste trecho - "deve começar a ter uma atitude mais agressiva em relação ao Governo Federal", como se os Srs. Deputados da ARENA, como se o Governo que passou, como o Governo, com seus Secretários, não tivessem tal agressividade. Da parte do meu Partido, quero deixar bem claro, que, tal agressividade nós sempre mantivemos, e, quero prestar a minha homenagem a alguns homens da ARENA que também tiveram agressividade suficiente quando a isto foram chamados.

("Afirma ainda: "Vamos sair da passividade da espera, para a gestão mesmo da política".)

Lendo esta entrevista, um leitor menos avisado seria levado a crer que um Partido da Oposição teria sido alçado ao Poder. O Sr. Secretário confirma, de outra parte, que nós da Oposição estávamos certos quando durante tanto tempo e tantas vezes alertamos para a passividade, à política do "sim senhor", do amém que tem se praticado em nosso Estado.

Cabe razão ao Sr. Secretário quando inteligentemente se refere às desconfianças do colono em relação ao governo, e cita o caso do confisco. Como pedir ao homem do campo que creia num governo que determina aos membros do seu Partido, que também não aceitavam passivos o confisco, que se calam em relação ao assunto por se tratar de exploração da Oposição?")

E todos os Srs. Deputados estão lembrados que, quando aqui nesta Assembléia Deputados do MDB e da ARENA colocavam-se contra o confisco, foram chamados a uma reunião do Partido situacionista para lá, então, serem chamados à atenção para que não mais falassem contra o Governo Federal, em favor do povo do nosso Estado.

("Quer dizer, e este é o ponto importante, da aceitação passiva de tal determinação feita pelo delegado do Poder Central.

Existe, no momento, um outro ponto mais grave na denúncia do Sr. Secretário, que deve ser meditada: trata-se da conclamação de "atitudes mais agressivas".

O nosso Estado nunca teve em toda a sua história, tão grande número de representantes no cenário federal, do que nos últimos cinco anos. De que adiantou?

À nossa "agressividade" para que o Sr. Ministro da Educação federalizasse a Universidade de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, recebemos a resposta de que isto era impossível com o adendo dado pelo Reitor da Universidade de Londrina e atual Secretário da Saúde que, tal federalização não era importante.")

Adendo dado pelo então atual Reitor da Universidade de Londrina, em entrevista ao Diário do Paraná de então, onde esse Reitor, após Secretário da Saúde, afirmou que a federalização não era importante, e, sim, a criação de uma Fundação.

("À nossa "agressividade" para que as perdas com Itaipu fossem compensadas com a ferrovia Guarapuava/Foz do Iguaçu, houve o silêncio.

À nossa "agressividade" para que a nossa cafeicultura fosse recuperada, recebemos a proposta para plantarmos trigo, soja e milho e que, lugar de café era em Minas Gerais.

À nossa "agressividade" para que a suinocultura se desenvolvesse, recebemos a campanha forjada da peste suína.

E até, Sr. Secretário, à nossa "agressividade" para termos uma simples agência do INPS, órgão então presidido por Vossa Excelência na cidade de Francisco Beltrão, recebemos promessas, promessas, somente promessas, e aquela que seria a agência mais rapidamente instalada no País - até o final de 1976 se a ARENA ganhasse - promessa feita em agosto daquele ano, pelo Superintendente do Paraná, ainda não passa de papel.")

E agora, quando usamos a nossa "agressividade" para conhecer a real situação das cooperativas através de uma CPI, quem se declara contra? Talvez com receio de ter de explicar a interferência política da Secretaria da Agricultura no sistema cooperativo paranaense, bem como o crescente aparecimento da Secretaria da Agricultura, no sistema cooperativo paranaense, bem como o crescente aparecimento de uma tecnoburocracia elitista, pendurada nesse mesmo sistema. É o Sr. Secretário que diz não haver agressividade por parte do paranaense em entrevista concedida ontem, declara que a CPI prejudicará o Movimento Cooperativista do nosso Estado.

Eu concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Agradeço a gentileza de Vossa Excelência, e sem querer inserir-me no pensamento que está norteando o pronunciamento de Vossa Excelência, nesta Casa, com o qual posso parcialmente concordar, apenas quero que Vossa Excelência faça justiça, porquanto não é verdade que os Senhores Deputados da ARENA, tenham sido chamados à sede do partido e lá alertados para que da bancada não partissem para ataques, mas observações, protestos contra erros cometidos pelo Governo Federal. Pelo menos, enquanto estou nesta Casa, de 1976 para cá, não aconteceu isso. Talvez naquele interregno em que não consegui a reeleição, tivesse acontecido, mas no meu retorno até a data de hoje, não aconteceu, mesmo porque os Deputados da ARENA tem personalidade suficiente para não aceitar uma imposição dessa natureza. Eu mesmo dessa tribuna e Vossa Excelência é testemunha disso, muitas e muitas vezes fiz críticas e até ácidas ao Governo Federal, principalmente com relação a sua política econômica e financeira.

Só solicitei esse aparte a Vossa Excelência, para que se fizesse justiça, e para que os Anais da Casa não registrassem uma inverdade, com relação ao comportamento dos Senhores Deputados da ARENA nesse Poder Legislativo. Grato pelo aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ - Eu resumo do aparte do nobre

Líder da ARENA, lembrando que quando do confisco do soja, inúmeras reuniões foram feitas e inclusive os jornais publicaram isso, chamando inclusive a atenção para o fato de que na mesa estava o Sr. Vice-Presidente da ARENA, Dr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, um dos baluartes contra o confisco e que o Sr. Governador e que a imprensa que o informou, teria solicitado para que não mais se fizesse aquela campanha contra o confisco.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto, que me parecer estar solicitando.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira - Pedi este aparte, Deputado

Deni Schwartz, porque entendo que o papel dos parlamentos do mundo moderno, em função do enfraquecimento dos Poderes Legislativos, é fazer com que os poderes se transformem também em grandes painéis de debates dos assuntos mais sérios da economia dos estados e dos problemas políticos da Nação Brasileira.

Portanto, não vejo como este pedido de CPI, para a área cooperativista, que é fórmula brasileira estimulada pelo Governo para combater os "trusts" internacionais, possa prejudicar a economia paranaense. Pelo contrário, nós estamos acostumados a ler nos jornais da nossa Capital e do interior, graves insinuações a respeito do comportamento de determinados presidentes de entidades cooperativistas e a Assembléia anda bem, quando propõe uma CPI que não tive o prazer de poder assiná-la mas, agora, hipoteco a minha solidariedade à CPI proposta porque entendo que nós haveremos, nesta Assembléia, num trabalho sério, sem paixão e sem colorido partidário, dar ao sistema cooperativista a valiosa colaboração nossa, de Deputados do interior; nós que sofremos as angústias do homem pequeno agricultor que está sempre a procura dos Deputados para que eles clamem contra algumas incompreensões do sistema cooperativista. Nós haveremos, num trabalho sério, correto, dar elementos para que o sistema cooperativista que, no meu entendimento, merece todo aplauso e todo apoio dos Deputados possa, cada vez mais, defender os agricultores do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Este não foi outro espírito que norteou o ilustre Deputado, hoje ausente, Nilton Friedrich, ao apresentar o pedido da CPI. Como uma homenagem toda especial, inclusive, aos Deputados vindos do interior que, pagam, muitas vezes, pesados ônus por apoiarem o coopera-

tivismo, quando insinuações que têm sido feitas pela imprensa chegam ao conhecimento do agricultor.

Concederei o aparte ao ilustre Deputado Augusto Carneiro. (Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento na tribuna.

O Sr. Augusto Carneiro — Se Vossa Excelência quiser concluir, eu desisto do aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a compreensão do nobre Deputado Augusto Carneiro, e continuo lendo o seguinte: "Como vê, Sr. Secretário da Agricultura, não é só de agressividade que falta. O que falta mesmo, é coragem aos paranaenses que assumem os mais altos cargos deste País e que, uma vez lá instalados, esquecem - por comodismo ou por interesse de agradar os mais poderosos -, de suas origens.

De nossa parte, Sr. Secretário, folgamos em saber que Vossa Excelência talvez por ter tido oportunidade de buscar nas urnas a verdadeira situação do povo paranaense, chegou a essas conclusões que há muito já havíamos chegado. Afinal, na hora em que o "confeiteiro-mor" desta República, do malfadado crescer do bolo para depois dividi-lo, passa a falar em encher a panela do povo, não há porque duvidar estar este mesmo povo, aterrorizando aqueles que se pensavam predestinados, tais quais novos deuses, e a provar estar na democracia sem adjetivos, o verdadeiro caminho - a busca das soluções de seus problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, consulto à Liderança. — (Declinado)

A Presidência tem o prazer de registrar a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal Adolfo de Oliveira Franco, bem como do Sr. Willy Krink, Prefeito Municipal de Santa Helena, e também a presença do Sr. Osvaldo Clarck, Prefeito de Marilândia do Sul.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/78, de autoria do ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o Albergue Santa Luiza de Marillac, com sede e foro na cidade de Maringá, Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI N.º 178/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o ALBERGUE NOTURNO SANTA LUIZA DE MARILLAC, com sede à Rua Fernão Dias, 840, na cidade de Maringá - Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em vigor.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1978.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Santa Luiza de Marillac, com sede na cidade de Maringá, à Rua Fernão Dias, 840, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivando prestar assistência médica e social aos desamparados, moradia e mobiliário, alimentação e agasalho. No campo da cultura, contribui com a

difusão da educação moral e cívica elementares, bem como o ensino religioso, tanto para adultos como para crianças.

Realiza, na medida do possível e meios ao seu alcance, outras obras de assistência ou educativas, compatíveis com as finalidades médica-sociais supra referidas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 178/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o presente Projeto de Lei n.º 178/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac", com sede na cidade de Maringá.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Waldenício Barbalho, Relator Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Albergue Santa Luiza de Marillac, de Maringá, é uma instituição que realmente, merece as atenções desta Casa e de todo o povo paranaense. Atende diariamente, a um número enorme de pessoas desprotegidas pela sorte, e desprovidas de recursos, que estão a aportar em Maringá, em busca de melhores dias.

Tenho cá comigo, um roteiro que fala da vida do Albergue Santa Luiza de Marillac, de Maringá. Por exemplo, um Projeto de Lei n.º 143/70, de autoria do ex-Deputado Sílvio Barros, aprovado na CCJ. em 17/7/71, que foi para a pauta em 17/8, do mesmo ano, na primeira vez; na segunda, dia 19; na terceira, dia 29.

Em 1.^a discussão, dia 23/08/71; segunda, em 24/8, e terceira, em 26/8.

A Comissão de Redação Final deste Projeto, foi dia 30/8/71, aprovado em 17/9 do mesmo ano. Subiu para sanção governamental no dia 22 de setembro de 1971, através do ofício SA/1490/71. E recebeu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como comprovante que o Albergue Santa Luiza de Marillac era realmente uma entidade que merecia a declaração de utilidade pública à sanção governamental.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uso da palavra neste momento, para encaminhar o seguinte requerimento: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, a retirada da Ordem do Dia da sessão de hoje, do Projeto de Lei n.º 178/78, de autoria do Sr. ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o qual declara de utilidade pública o "Albergue Noturno Santa Luiza de Marillac", com sede à Rua Fernão Dias, 840, na cidade de Maringá, em virtude de já haver lei neste sentido, oriunda do Projeto de Lei n.º 143/70, apresentado pelo ex-Deputado Sílvio Barros, em 1970, e que sancionado pelo Sr. Governador do Estado em 04/11/71, tomou esta lei o n.º 6244, publicada no Diário Oficial n.º 173, de 09/11/71.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI".

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Lamentavelmente, esta é a segunda vez que faço inter-ferência neste sentido, pedindo que um projeto em trami-tação seja arquivado, porque ele já é lei em nosso Estado.

É de se lamentar, que os Srs. componentes da Comissão de Justiça, que aprovaram e relataram, e a assessoria mesmo, desta Casa deixa passar lamentável engano como este, porque, ao ir para o Palácio, receberia o veto e estaria expondo esta Casa a um vexame que nós não podemos admitir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encami-nhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eron-dy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas para apoiar, integralmente, as observações do nobre Depu-tado Antônio Facci, e fazer uma sugestão à Mesa. Poderá Vossa Excelência, determinar à Assessoria, que cada processo, antes de ir à Comissão respectiva, tenha uma instrução da Assessoria, que será responsável, para que fatos desta natureza não se repitam mais.

E realmente tem razão o nobre Deputado Antônio Facci. Aprovada esta lei e remetida com o autógrafo à sanção, o Poder Legislativo cairia no ridículo de ter o autógrafo devol-vido à Casa, por ser matéria vencida.

É esta a sugestão que quero fazer a Vossa Excelência, para que a Comissão Executiva determine que nenhum pro-jeto, nenhum processo, vá à apreciação de qualquer Comissão, sem estar devidamente instruído pela Assessoria da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deter-minará as providências devidas, através do Departamento Legislativo.

Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Depu-tado Antônio Facci. Os Srs. Deputados que aprovam, perma-neçam como estão. — Aprovado.

Por conseguinte, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 178/78. — Ao Departamento Legislativo.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade públi-ca a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE", com sede e foro na cidade de Nova Espe-rança. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o GRUPO OCUPACIONAL ENGENHA-RIA E ARQUITETURA, Código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Pareceres Favorá-veis da C.C.J. por maioria, e da C.F. e C.R.H., por unanimi-dade. — Em Regime de Urgência.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/79, que objetiva a criação de seis (06) cargos de DESEMBARGADOR no egrégio Tribu-nal de Justiça do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/79, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção das GRATIFI-CAÇÕES "PRO LABORE", atribuídas aos Membros do Conse-lho Superior de Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal da Alçada, e de Diretores do Forum, previstas na legislação específica, e dá outras provi-dências. Com Substitutivo Geral da C.F. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., na forma do Substitutivo, por una-

nimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pú-blica a "Sociedade São José de Rio Verde Acima", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 159/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "SOCIE-DADE SÃO JOSÉ DO RIO VERDE ACIMA", com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Araucária.

De acordo com a documentação que anexamos ao pre-sente, estão preenchidos os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora da matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 159/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei n.º 159/78, tem por finalidade decla-rar de utilidade pública a "Sociedade São José de Rio Verde Acima", com sede na cidade de Araucária.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de uti-lidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a maté-ria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedi-mento, quer legal, quer constitucional, que impeça sua trami-tação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Palo-tina - APMI", com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 167/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "ASSO-CIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PALOTINA — APMI", com sede e foro na cidade de Paloti-na, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1978.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI de Palotina, fundada em 19 de setembro de 1976, presta serviços em benefício da comunidade palotinese, dedicando-se especificamente, ao amparo da criança e gestante pobres.

daquele município. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, mantida por recursos financeiros próprios e de subvenções de órgãos públicos. Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados, para o integral apoio a esta iniciativa.

Segue em anexo:

- Fotocópia da Ata de sua fundação;
- Fotocópia da Ata de eleição da atual Diretoria da APMI;
- Fotocópia da Certidão do Registro de Imóveis, Títulos e documentos;
- Atestado do Prefeito Municipal, atestando ser entidade que não visa fins lucrativos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 167/78

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei n.º 167/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Palotina - APMI", com sede na cidade de Palotina.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1979.

(aa) Muggiati Filho e Maurício Fruet.

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 169/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Foz do Iguaçu", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 169/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de Foz do Iguaçu, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 959, de 07/11/77.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 169/78

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei n.º 169/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Guarda Mirim de Foz do Iguaçu", com sede na cidade de Foz do Iguaçu.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha,

temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 179/78, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 179/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE ESPÍRITA IR. CLÓVIS JUNQUEIRA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no setor da filantropia e da assistência social, junto à comunidade de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 179/78

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o presente Projeto de Lei n.º 179/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 194/78, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava", com sede e foro na referida cidade. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 194/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA BENEFICENTE DE GUARAPUAVA", com sede e foro na referida cidade.

VA", com sede e foro na referida cidade.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, foi constituída, idealisticamente, por respeitáveis membros da comunidade guarapuavana.

Seus louváveis objetivos se projetam, nesta época de avanço do amor próprio, entre os componentes da sociedade.

A aprovação do presente plano de lei, se constitui em oportuna medida de reconhecimento aos que se dispõem à ação no propósito de servir.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 194/78

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava", com sede na cidade de Guarapuava.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1978.

(aa) Muggiati Filho, Presidente; Nelson Buffara, Relator

DISCUSSÃO ÚNICA – da Proposição nº 07/79, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 30/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que dispõe sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, ao funcionalismo público estadual, o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Para discutir, Sr. Presidente.

O projeto de lei de nossa autoria, que apresentamos em 1978, e que teve a tramitação normal pelas comissões, e o apoio por unanimidade dos Srs. Deputados desta Casa de Leis, recebeu de Sua Excelência o Sr. Governador Canet Júnior, o veto. Do qual, Sua Excelência então Governador, se baseou pela inconstitucionalidade do projeto.

Sr. Presidente, a nossa intenção quando da apresentação do referido projeto, não era outra senão a de beneficiar, ou pelo menos, de atender parte dos funcionários que se viam marginalizados, por quanto, quantos destes trabalharam, prestaram serviços por longos e longos anos, muitos deles, grande parte de sua juventude, da sua mocidade, em atividades privadas.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que este projeto, além de consultarmos pessoas aqui da Casa mesmo, o nosso Departamento credenciado, o GAT, fomos informados que ele, realmente, era constitucional.

Mas o veto de Sua Excelência o Sr. Governador, vem nos dizendo que ele é inconstitucional. Nós, que somos os autores do projeto, e que temos recebido inúmeros telefonemas, inúmeros pedidos, de como se encontra a tramitação deste projeto, temos informado que o mesmo se encontrava no Palácio para sanção ou veto do Sr. Governador.

E hoje, para surpresa nossa, ele está na pauta da Ordem do Dia, para ser apreciado por este Plenário. Sr. Presidente,

nós já temos dito tanto, desta tribuna, que a nossa missão aqui nesta Casa não tem significado. Volto agora a ratificar, realmente, não tem, Sr. Presidente.

Quando se pretende, por um decreto, por um projeto, beneficiar e, com justiça - diga-se de passagem, alguém que está sendo marginalizado na sua vida pública, aquele funcionário que trabalha toda a sua vida, que não tem tempo nem para fazer um passeio de visita a seus parentes em outros municípios, em outros Estados, porque não lhe sobra condições, nós vemos o nosso projeto ser vetado e que deverá ser apreciado por esta Assembléia.

Sr. Presidente, sempre fui taxado e sempre fui considerado como um Deputado governista, aceito o veto; aceito democraticamente, não discuto as razões, não entro no mérito do veto, mas não tenho condições de votar a favor. Serei obrigado a pedir vênias ao meu líder, ao líder que tanto considero, que tanto admiro, que tanto aprecio e que tão bem tem conduzido esta bancada, peço vênias ao meu líder, Deputado Erondy Silvério, para que eu, coerentemente, fique com o meu projeto.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é uma maneira de se fazer alguma coisa nesta Casa por alguém que está totalmente marginalizado na sua atividade pública. E se nós não podemos votar nada, que não podemos apresentar um projeto, a não ser aqueles que declarem de utilidade pública instituições nos municípios do Estado, nos vemos privados deste direito de atendermos uma grande classe que está sendo marginalizada e esquecida.

Quanto e quanto, Sr. Presidente, prestaram seus serviços no estabelecimento de crédito particular, muitas vezes, por 8, 10 ou 15 anos, e que hoje não podem levar este tempo de serviço ao emprego que ele está hoje no Estado. Hoje que ele é um funcionário do Estado, de uma autarquia federal ou estadual; ele se vê sem este direito, sem esta condição de computar para a sua aposentadoria aquele tempo de serviço. Muitas vezes, até por motivo de doença ele tem que requerer e se aposentar com um tempo muito menor daquele que prevê a Lei, porque ele não tem condições de saúde, de continuar no seu serviço.

E com esta Lei, Sr. Presidente, todos esses teriam condições de juntar ao seu tempo de serviço, nas autarquias do Estado e da União, e somando, eles alcançariam tranquilamente o seu tempo de serviço, e teriam, tenho certeza, junto a seus filhos, à sua esposa e no seu lar.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu vou votar, pela primeira vez, contra. Votarei pelo projeto e pela rejeição do veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Continua em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI – (Para discutir).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem era o líder que deixava os seus liderados.

Ontem era o Deputado Erondy Silvério que se curvava junto ao Poder Legislativo, abrindo mão da liderança da sua Bancada, para que outro comandasse e liderasse a votação.

Ontem, foi o líder da ARENA que pediu vênias, aos pares que ele lidera nesta Casa para dizer que mesmo discordando do poder Executivo, ele não podia levar a Bancada da ARENA a votar contra o veto de S. Ex.^a, o Governador; o ex-Governador do Estado.

Hoje um liderado pede licença ao líder para ser um dissidente na votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados. Mais uma vez vemos a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, humilhada, curvada diante do Poder Executivo.

Mais uma vez o que é constitucional, na Assembléia Legislativa do Estado, não tem do Poder Executivo este respeito e este pensamento. Mais uma vez a Assembléia e este Parlamento, se curva diante da centralização que o Poder Executivo faz na administração pública, desta nossa Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se cada um daqueles que

individualmente, votou de maneira como vota e como votou Erondy Silvério, líder da ARENA, e o nobre Deputado Jurandir Messias, se cada um se somasse ao invés de votar isoladamente, este Poder teria mais respeito, do que tem no Poder Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com tristeza que vemos esta Casa eleita pela vontade-maioria do povo do Paraná, pelo voto, pela soberania de uma Nação, se quedar diante da oposição de um Poder Executivo que não foi eleito pelo Povo e que está aí, ditatorialmente, a diminuir e a humilhar a vontade soberana do Povo e dos Deputados do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, é evidente que o posicionamento do nobre Deputado Jurandir Messias, é de coerência com o projeto de sua autoria, como foi na apreciação de outro veto, o meu posicionamento com relação àquele projeto de lei que abolia as taxas de exames complementares do IPE.

Todavia, Sr. Presidente, apenas para que os anais de Casa não registrem as palavras do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, sem contestação é que nós usamos da palavra, para dizer que o Governo, neste caso, não está sendo ditatorial, pelo contrário, não está fazendo nada mais do que respeitar a Constituição do Estado, porque as razões do veto são claras: ele vetou de acordo com o artigo 25, § 1.º, letra "C", combinado com as do caput art. 35 da Constituição Estadual, que conferem ao Governador do Estado a competência exclusiva pela iniciativa de leis que visem disciplinar o relacionamento de funcionários e servidores públicos com o Governo do Estado, e vai mais além o Sr. Governador, ao expor as razões do veto, dizendo que o Executivo não é nunca foi contrário à reciprocidade de funcionários do Poder Público e na iniciativa privada.

Acontece, Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (inaudível).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... eu entendo bem o gênio um tanto fogoso do nobre Deputado Scarpelini. Mas, acontece Sr. Presidente, que o próprio termo "reciprocidade" requer e exige que haja da parte do Instituto Nacional da Previdência Social o devido acordamento, a devida anuência para que realmente um projeto de lei possa trazer os resultados aspirados por todos aqueles que exerceram atividades privadas e hoje estão prestando seus serviços à administração pública.

Acontece que o INPS não tem concordado, não tem dado a necessária reciprocidade aos planos do Governo Estadual, para que se processe efetivamente a reciprocidade no tempo de serviço do servidor público, computando o tempo que ele prestou na iniciativa privada.

Por essas razões, porque independe da vontade do Governo do Estado, mas, sim, do Governo Federal, através do Ministério da Previdência Social, por essas razões é que o Governador após o seu veto.

Nós compreendemos perfeitamente a posição do nobre Deputado Jurandir Messias, e o liberamos para que, de acordo com a sua consciência, dê o seu voto na apreciação desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Efetivamente, o Sr. Governador do Estado tem competência para vetar esse plano de lei de iniciativa do Deputado Jurandir Messias. E expôs nas razões do veto, naturalmente, o porque do veto colocado.

Todavia, meu caro e amigo Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério, eu gostaria de solicitar de V. Ex.a, verbalmente, porque entendo que V. Ex.a poderá trazer a esta Casa daqui a algum tempo ao pedido que faremos a V. Ex.a.

O Governador do Estado, nas razões do veto, diz que "Ademais merece destacar o fato de que a Secretaria de Estado de Recursos Humanos sempre atenta ao problema, tem desenvolvido gestões junto aos órgãos federais, especialmente Instituto Nacional de Previdência e Departamento Administrativo do Serviço Público, no sentido de que seja encontrada a solução plenamente adequada, em que haja, efetivamente, reciprocidade na contagem de tempo de serviço, não ficando o Estado, unilateralmente, com o encargo de contar o tempo prestado ao setor privado".

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já existe lei federal nesse sentido.

Todavia, o que precisamos é de uma regulamentação efetiva. Razão pela qual pediria ao Deputado Erondy Silvério, como uma informação, uma vez que o Sr. Governador do Estado tem dito, e os órgãos de imprensa têm publicado, que nenhuma informação será negada a este Poder Legislativo.

Nessas condições, solicito, através da Liderança da ARENA, que se possa, daqui a alguns dias, trazer informações a esta Casa no que diz respeito à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, para mostrar a este Poder Legislativo qual o trabalho que aquela Pasta tem feito nesse sentido. Isso porque, nobre Deputado Erondy Silvério, muitas pessoas tem procurado este Deputado, perguntando a respeito do problema de reciprocidade. Razão pela qual, nobre Deputado Erondy Silvério, é este o pedido que faça, oralmente, a V. Ex.a.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Erondy Silvério colocou bem a questão do Veto ao projeto de lei de autoria do eminente Deputado Jurandir Messias.

O projeto, dos mais justos, mas as razões já invocadas, e que, na Comissão de Constituição e Justiça, tivemos oportunidade de apreciá-lo, sendo que o mesmo recebeu Parecer contrário, em virtude de sua inconstitucionalidade, embora saibamos das gestões do Governo do Estado junto ao INPS, como bem expôs nas razões do Veto, a fim de que haja um entendimento entre o INPS e o Governo, para que haja a reciprocidade.

Por esse motivo, vamos votar com o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me pertinente fazer um esclarecimento à Casa, porque, em suas razões, o Deputado Autor da proposição, e de viva voz, incorreu em alguma inverdade quando afirmou que, em todas as Comissões, e por unanimidade da Casa, havia sido dado parecer favorável.

Ocorre, Sr. Presidente, que, a rigor, este projeto de lei não poderia ter sido apreciado pelo Plenário. Porque, ele recebeu parecer contrário de todas as Comissões da Casa.

Pretendo fazer a leitura de todos os pareceres:

Comissão de Constituição e Justiça, dia 05 de abril de 1978, em que o Relator da matéria foi V. Ex.a, Deputado

Fabiano Braga Côrtes: Concluiu no seguinte: "Nessas condições, o nosso Parecer é contrário ao projeto de lei por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição".

Da mesma forma, a Comissão de Finanças, no dia 8 de agosto de 1978, concluiu assim: "No âmbito desta Comissão de Finanças só nos resta acompanhar a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça. Nessas condições, o nosso Parecer é pela rejeição".

A Comissão de Recursos Humanos, concluiu, em 22 de agosto de 1978: "Nessas condições, o nosso Parecer é contrário ao projeto em tela".

Ocorre, Sr. Presidente, que antes de dar entrada, nesta Casa, este projeto que ora se discute, a iniciativa dessa lei cabia ao ilustre 2.º Secretário desta Casa, Domício Scaramella, que havia ingressado, sob o protocolo n.º 1844, em 13 de março de 1978, com o mesmo objetivo da lei da reciprocidade.

O projeto em tela que hoje se discute o Veto, deu entrada apenas em 31 de março, portanto, vinte dias depois. E quanto ao mérito do projeto, acredito que não há outra saída para esta Casa, do que, acompanhar a coerência das Comissões, de julgar o projeto, realmente inconstitucional.

Ademais, Sr. Presidente, tem, na Constituição do Estado, esta exigência, de que, quando um projeto de lei receba o voto contrário de duas Comissões, ele deve ser rejeitado; no caso, recebeu de três. Incompreensivelmente, não sei como, este projeto acabou passando, em 5 de dezembro, último dia válido - só se explica por isto - último dia válido da Legislatura passada, quando havia uma porção de matéria e, acredito, tenha sido incluído no grande volume de matéria que havia para ser votada. Por isto deve ter passado despercebida à Casa, porque, na realidade ele não poderia nem ter chegado a Plenário.

Por isto nós fixamos a nossa posição, contrária ao projeto, favorável ao Veto, um dos Vetos que foi apostado, com propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Encerrada a votação; em discussão.

Concedo a palavra para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Sr. Presidente, somente para deixar bem claro que, eu não disse que as Comissões, deram seus Pareceres favoráveis; eu não me referi aos Pareceres das Comissões, eu me referi, ao Plenário, que o Plenário votou favoravelmente ao Projeto.

Eu só queria deixar bem claro, Deputado Nilso Sguarezi, que Vossa Excelência se equivocou, eis que, este Deputado não fez menção aos Pareceres das Comissões, e sim, ao Plenário. Parece-me que, regimentalmente, mesmo que o Veto receba nas Comissões Parecer contrário, ele terá condições de ser apreciado pelo Plenário, independentemente dos Pareceres das Comissões, favoráveis, ou não favoráveis. É o caso em tela, deste projeto.

Eu, como disse, coerentemente, não pedi, jamais pedirei aos meus Pares, peço a eles, isto sim, que votem conscientemente, não pedi, não peço ao Líder, aos meus Pares, que votem favoravelmente ao projeto e pela rejeição do Veto, como jamais, Sr. Presidente, Deus que me perdoe, jamais eu pediria ao MDB, que votasse favoravelmente a um projeto meu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Continua em votação o Projeto de Lei n.º 30/78.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 10/79, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 108/77, de autoria do ex-Deputado MAURÍCIO FRUET, que dispõem sobre a transferência de área territorial de um para outro município, conforme os requisitos que estabelece e dá outras providências. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Ple-

nário. - Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para os Projetos de Lei n.ºs 20/79 e 21/79. Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helena Salles Cléle. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Itoru Nakamura, ocorrido na cidade de Centenário do Sul. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à TV-Esplanada - Canal 7 - de Ponta Grossa, pela passagem do 7.º aniversário de fundação. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, para intermediar na crise do Hospital Universitário da Fundação Universidade Estadual de Londrina, junto aos Docentes, Estudantes e Reitoria. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes, a indicação dos Senhores Deputados para comporem a Comissão Especial, que será composta de três membros.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Respeitada a proporcionalidade, a liderança da ARENA indica os Senhores Deputados Ruben Valduga e Dácio Leonel.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa solicita que o nobre Deputado envie a indicação por escrito. (É encaminhado o requerimento de indicação)

"Senhor Presidente.

Indico para representar a ARENA na Comissão Especial que vai intermediar na crise do Hospital Universitário da Fundação Universidade Estadual de Londrina, os Deputados Ruben Valduga e Dácio Leonel.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1979.

(a) Erondy Silvério."

O SR. PRESIDENT (Fabiano Braga Côrtes) - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de que seja procedida ligação asfáltica entre Rio Bom Sucesso-Itambé. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a sede do Município de Barbosa Ferraz à sede do Município de Iretama. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "A Notícia" de Ponta Grossa. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que determine à Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente

que esclareça se aquele órgão tem conhecimento da apon-tada implantação industrial. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Seto-gutte, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social pelo lançamento da Campanha "Saúde da Criança, Futuro do Mundo" e pela criação do Conselho Comunitário de Saúde e Bem Estar Social. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domin-gos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de ofício ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, no sentido de que seja afastado o atual Comandante do 10.º Batalhão da Polícia Militar de Apucarana. — Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere, e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

13 Srs. Deputados o aprovam; 21 Srs. Deputados o re-jeitam.

Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, lido da tribuna na sessão de sexta-feira passada, solicitando o envio de sugestão às Lideranças da ARENA e do M.D.B. na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas do País e às Câmaras Municipais, sobre a modificação da legislação eleitoral. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Del Ciel, para compor a Comissão Especial que irá a Londri-na acompanhar os assuntos relativos a crise do Hospital Univer-sitário da FUEL. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 108, 135, 139 e 140/78 e 21 e 12/79.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 159, 167, 179 e 194/78

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 4/79 e de Lei n.ºs 83/78 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 272/79

I - designar NILVA MARIA MORO, matrícula n.º 497, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Qua-dro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Legislativo; e,

II — autorizar a funcionária acima mencionada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 273/79

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 118/79, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a funcionária ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS, matrícula n.º 053, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar a funcionária acima mencionada, para pres-tar serviço no Departamento Legislativo; e,

III — autorizar a funcionária já citada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, perce-bendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 274/79

autorizar MARIA DE LOURDES MALTAURO, matrícula n.º 181, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado José Antônio Del Ciel, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 275/79

autorizar JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula n.º 072, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraor-dinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 276/79

autorizar GILSON SAPLA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabi-nete do Deputado José Domingos Scarpelini, a prestar ser-viço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 277/79

autorizar JUSSARA MARIA FARIA LOSSO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso e LUIZ LOSSO, matrícula n.º 077, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratifi-cação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 278/79

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Qua-dro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem ser-viço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 3.ª Secretaria, a partir de 1.º de abril de 1979:

SÍLVIO RODOLFO LIEGEL — Mat. 034

ORLANDO SABOTTO — Mat. 591

PORTARIA N.º 279/79

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 1.º de abril de 1979:

ALBERTO SAVOIA ASSEF – Mat. 147

PEDRO LIBERTI – Mat. 253

ARLETE BELMONT ZEBALLOS – Mat. 235

MÁRIO AUGUSTO GUERRA – Mat. 170

PORTARIA N.º 280/79

I – revogar, a pedido o item I, da Portaria n.º 85/78, de 15 de março de 1978, que designou para prestar assessoramento jurídico junto a Comissão Especial para estudos sobre os Municípios em Área de Interesse da Segurança Nacional, o funcionário MANRIQUE GÂNDARA FILHO, matrícula n.º 032;

II – designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

III – autorizar o funcionário já citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

PORTARIA N.º 281/79

designar OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Jurandir Messias.

PORTARIA N.º 282/79

autorizar OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo,

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Jurandir Messias, a partir de 1.º de abril de 1979.

PORTARIA N.º 283/79

autorizar GIL CESAR DANTAS BRUEL, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do MDB, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de abril de 1979

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 329/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula n.º 082, ocupante do cargo de nível PL“26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) anos compreendido entre 1.º de março de 1963 e 28 de fevereiro de 1965, que prestou serviços ao Estado do Paraná na qualidade de Professora Suplementarista, de acordo com o Art. 129, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 9 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário